



A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS E AS PERCEPÇÕES DOS ATORES SOCIAIS SOBRE A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NO TERRITÓRIO

THE EDUCATION OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS IN MUNICIPALITY OF BAGÉ/RS AND THE PERCEPTIONS OF SOCIAL ACTORS ON ENTREPRENEURIAL EDUCATION IN THE TERRITORY

LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS EN EL MUNICIPIO DE BAGÉ/RS Y LAS PERCEPCIONES DE LOS ACTORES SOCIALES SOBRE LA EDUCACIÓN EMPRESARIAL EN EL TERRITORIO

João Mendes Costa¹
Cidonea Machado Deponti²
Markus Erwin Brose³
Rosane Bernardete Brochier Kist⁴

RESUMO

O presente artigo realiza uma análise sobre a percepção de atores sociais quanto à Educação Empreendedora proposta por meio do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) no território de Bagé/RS. Realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo com a utilização de técnicas de coleta de dados como a pesquisa bibliográfica e entrevistas, envolvendo 59 sujeitos, entre eles alunos, técnicos e gestores de escolas públicas que oferecem o EJA no município de Bagé/RS. A bibliografia especializada reitera que iniciativas relacionadas ao empreendedorismo, quando inseridas no processo de ensino e aprendizagem formal, ampliam a qualidade de vida, beneficiam comunidades menos privilegiadas e concretizam processos de transformação pessoal. Embora alguns alunos tenham manifestado pouca motivação e/ou interesse em empreender, observa-se que, em sua maioria, aqueles que tiveram a oportunidade de contato com a Educação Empreendedora evidenciaram possuir satisfação e reconhecimento quanto à importância desta temática. Outrossim, o envolvimento, o comprometimento e a motivação de todos os atores sociais analisados foi determinante para a efetivação da Educação Empreendedora no território analisado.

Palavras-chave: Educação Empreendedora. Atores regionais. Educação de Jovens e Adultos.

¹Mestre em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Santa Cruz do Sul. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: jhcosta53@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7241-1886>

²Doutora em Desenvolvimento Regional UFRGS. Professora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional –PPGDR/UNISC. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Santa Cruz do Sul. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail cidonea@unisc.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8833-1450>

³Doutor em Sociologia Universidade de Osnabrück. Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional –PPGDR/UNISC Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Santa Cruz do Sul. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: markus@unisc.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0539-8292>.

⁴Doutora em Serviço Social PUC-RS. Professora. Secretaria de Políticas Públicas da Prefeitura de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: rosanekist2009@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8178-4913>

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the perception of social actors regarding the Entrepreneurial Education proposed through the Young and Adult Education (EJA) in the territory of Bagé/RS. A qualitative research was carried out using data collection techniques such as bibliographic research and interviews, involving 59 subjects, among them students, technicians and managers of public schools that offer EJA in the municipality of Bagé/RS. The specialised bibliography reiterates that initiatives related to entrepreneurship, when inserted into the formal teaching and learning process, improve the quality of life, benefit less privileged communities and bring about processes of personal transformation. Although some students have expressed little motivation and/or interest in entrepreneurship, it is observed that, for the most part, those who had the opportunity of contact with Entrepreneurship Education showed satisfaction and recognition as to the importance of this subject. Moreover, the involvement, commitment and motivation of all the social actors analysed were decisive for the implementation of Entrepreneurship Education in the analysed territory.

Keywords: Entrepreneurship Education. Regional actors. Youth and Adult Education.

RESUMEN

Este artículo presenta un análisis de la percepción de los actores sociales sobre la Educación Emprendedora propuesta a través de la Enseñanza de Jóvenes y Adultos (EJA) en el territorio de Bagé/RS. Se realizó una investigación cualitativa con el uso de técnicas de recolección de datos como investigación bibliográfica y entrevistas, involucrando a 59 sujetos, entre ellos estudiantes, técnicos y gerentes de escuelas públicas que ofrecen EJA en el municipio de Bagé/RS. La bibliografía especializada refuerza que las iniciativas relacionadas con el emprendimiento, cuando se insertan en el proceso de enseñanza y aprendizaje formal amplían la calidad de vida, benefician a las comunidades menos privilegiadas y concretan procesos de transformación personal. Si bien algunos estudiantes han expresado poca motivación y/o interés por el emprendimiento, se observa que, en su mayoría, quienes tuvieron la oportunidad de contactar con Educación Emprendedora evidenciaron satisfacción y reconocimiento con respecto a la importancia de este tema. Además, la implicación, compromiso y motivación de todos los actores sociales analizados fue determinante para la efectividad de la Educación Emprendedora en el territorio analizado.

Palabras clave: Educación emprendedora. Actores regionales. Educación de jóvenes y adultos.

Como citar este artigo: COSTA, João Mendes *et al.* A educação de jovens e adultos no município de Bagé/RS e as percepções dos atores sociais sobre a educação empreendedora no território. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, p. 502-520, 19 set. 2022. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v12.3731>

Artigo recebido em: 10/05/2021

Artigo aprovado em: 30/08/2022

Artigo publicado em: 19/09/2022

1 INTRODUÇÃO

A educação empreendedora vem sendo considerada como estratégia para o enfrentamento da pobreza e do desemprego, diante do cenário mundial caracterizado pela competitividade. No Projeto Regional de Educação para a América Latina e Caribe (PRELAC, 2004) vários organismos internacionais, dentre os quais a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento (OCDE), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), manifestaram-se favoravelmente a respeito do estímulo ao empreendedorismo. Considera-se, a partir disso, que o empreendedorismo representa um elemento básico para a garantia do desenvolvimento econômico por meio da geração de empregos, da criação de novos serviços e de novas fontes de renda. Da mesma forma, a atual Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) tem como proposição aumentar o número de jovens e adultos com competências necessárias para o trabalho decente e empreendedorismo a partir de processos pedagógicos pautados em metodologias ativas e dialogadas com as realidades sociais.

Muitas vezes, o conceito de empreendedorismo é visto como algo que se refere ao ramo exclusivamente empresarial, no entanto, o empreendedorismo nas escolas tem como propósito maior o desenvolvimento de líderes e pessoas que consigam lidar melhor com problemas e adversidades. Um estudo do SEBRAE de 2016 traz um levantamento bibliográfico sobre o conceito de empreendedorismo, as diferentes correntes teóricas que abordam essa perspectiva e as discussões e contribuições específicas ao contexto brasileiro.

Este estudo do SEBRAE (2016) destaca obras internacionais que serviram de base para a promoção de políticas públicas pela Comissão Europeia e pelo Parlamento Britânico, assim como uma gama de artigos e pesquisas sobre o assunto no Brasil. Desta forma, destaca-se que as abordagens mais recentes do empreendedorismo são multidisciplinares, preocupando-se em compreender os diferentes fatores que influenciam as atividades empreendedoras e o seu processo.

No Brasil, o ensino do empreendedorismo teve seu início mais recentemente, mas ainda carece de suporte teórico e metodológico do ponto de vista da filosofia pedagógica e dos conceitos didáticos (FAYOLLE; GAYLLI, 2015). Pode-se dizer que a institucionalização da educação empreendedora se deu pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, aprovada pela Portaria nº 1.570, de 20/12/2017. No caso do Ensino Médio, incluem-se também a Lei nº 13.415, de 16/02/2017, a Portaria nº 3, de 21/11/2018 e a Portaria nº 1.432, de 28/12/2018⁵.

Entende-se que a busca constante pelo conhecimento e pelas oportunidades, assim como a cultura empreendedora na educação dos jovens, a médio e no longo prazo, poderão contribuir consideravelmente para o Desenvolvimento Regional. No entanto, a busca pelo empreendedorismo motivada por necessidade tem crescido, na maioria das vezes, ocorre por pessoas que perdem espaço no mercado de trabalho, público que, conforme dados do SEBRAE, aumentou de 29% em 2014 para 43% em 2015, mantendo-se estável em 2016. Este tipo de

⁵ No Ensino Médio, a BNCC trouxe muita novidade para favorecer o desenvolvimento de processos de aprendizagem criativos e inovadores, capazes de estabelecer uma maior aproximação entre teoria e prática, utilizando experimentos, protótipos, processos ou produtos que atendam a demandas para a resolução de problemas identificados na sociedade a partir de conhecimentos científicos. Por meio de projetos ou de outras experiências de empreendedorismo, os professores devem se engajar e aprender junto com o aluno, buscando respostas aos problemas atuais (SEBRAE, 2020, p.12).

empreendedorismo é gerado pela necessidade de sobreviver, de manter a renda. Consiste em um subemprego em que as pessoas são levadas a dedicar-se a algum tipo de atividade para a qual, na maioria das vezes, não estão preparadas, ocasionando resultados desfavoráveis e consequências sociais.

Segundo Melo Neto e Froes (2002), nesse contexto surge um novo paradigma, ou seja, uma maneira diferente de se pensar a comunidade e o seu desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ético e ambiental. O empreendedorismo social consiste, portanto, em uma nova forma de se pensar a comunidade. Na visão de Schindler e Naigeborin (2004), as iniciativas relacionadas ao empreendedorismo social buscam obter qualidade de vida, bem como, beneficiam comunidades menos privilegiadas, oferecendo oportunidades concretas de transformação de setores tradicionalmente excluídos das principais agendas nacionais. Diante do exposto, através deste artigo propõe-se a responder a seguinte questão: Quais as percepções dos atores da Região da Campanha sobre a educação empreendedora desenvolvida a partir do Ensino Fundamental nas Escolas de Jovens e Adultos do município de Bagé, RS?

Para isso, o presente artigo se divide em três seções, além desta introdução. A primeira seção trata da Educação de Jovens e Adultos no Município de Bagé/RS, na segunda seção apresenta-se a metodologia e na terceira apresentam-se as percepções dos atores regionais sobre a Educação Empreendedora no território analisado. Ao final, apresentam-se algumas considerações sobre o estudo referido.

2 O EMPREENDEDORISMO E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS

O relatório executivo do Global Entrepreneurship Monitor - GEM (2014), cujo projeto tem como objetivo compreender o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico em quase 100 países, apresenta, entre as principais recomendações de especialistas, a inclusão do conteúdo que trata do empreendedorismo na educação básica, no ensino fundamental e no ensino médio de forma sistemática e consistente, visando ao desenvolvimento de uma cultura empreendedora na sociedade como um todo.

A Pedagogia Empreendedora, proposta por Dolabela (2003, p. 26), considera o empreendedor como “[...] alguém capaz de gerar novos conhecimentos a partir de uma dada plataforma constituída por “saberes” acumulados na história de vida do indivíduo, embasados nos quatro pilares da educação. Para Delors (1998) os quatro pilares da educação são aprender a saber, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, conforme Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI.

Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta (DELORS, 1998, p.89). Grifos do autor

Salienta-se a importância de se compreender a relação existente entre as políticas públicas voltadas para a educação profissional e o empreendedorismo. Este possui relação direta com protagonismo social, ruptura de laços de dependência, crença dos indivíduos e comunidades na própria capacidade de construir o seu desenvolvimento através da cooperação sistêmica, assumindo a responsabilidade pela construção de seu próprio destino. Aqui estão embutidos dois conceitos muito importantes, a capacidade da comunidade de tornar dinâmicas as suas potencialidades, e a localidade, considerada como palco do desenvolvimento, isto é, “[...] como espaço para o exercício de novas formas de solidariedade, parceria e cooperação” (FRANCO, 2000 apud DOLABELA, 2003, p. 32).

Pavan (2018) apresenta uma avaliação sobre a relação existente entre as terminologias empregável, competente, hábil, polivalente, dentre outras, com o termo “empreendedorismo” e conclui que, de um modo geral, os governos se preocuparam com os setores produtivos, o que teria ocasionado o surgimento do interesse em se manter uma força de trabalho mais qualificada, mantendo-se o foco no mercado e não no sujeito.

Identifica-se que no Decreto nº 2.208/1997 (BRASIL, 1997, p. 1) a educação profissional abrange todas as etapas da educação, do Ensino Fundamental ao Ensino Superior, tendo como foco o “permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Tal afirmação encontra-se mais evidenciada no item IV que refere os objetivos da Educação Profissional:

[...] promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas; II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação; III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos; IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho do exercício do trabalho (BRASIL, 1997, p. 1).

O Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, refere que a Educação Profissional, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), deverá ser ofertada através de cursos e programas que contemplem: “[...] I - qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; e III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação” (BRASIL, 2004, p. 1). Os cursos e programas de educação profissional direcionados a trabalhadores e os de nível médio deverão ser organizados e regulamentados pelo Ministério da Educação. A referida legislação prevê, ainda, em seu art. 2º, as seguintes premissas para a educação profissional:

I- organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; III - a centralidade do trabalho como princípio educativo; e IV - a indissociabilidade entre teoria e prática (BRASIL, 2004, p. 1).

Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), documento homologado pela Portaria nº 1.570, cujo caráter é normativo e aplica-se exclusivamente à educação escolar, orienta que as aprendizagens essenciais assegurem aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, dentre as quais destacam-se duas que podem potencializar a construção de disciplinas voltadas ao empreendedorismo. A primeira delas se

refere à importância da valorização da diversidade de saberes e de vivências culturais a partir da apropriação de conhecimentos e de experiências, facilitando-se, desta forma, o entendimento sobre as relações com o mundo do trabalho. A segunda competência desafia o jovem a agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, contribuindo para que sejam tomadas decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

A cidade de Bagé, localizada na região do Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE Campanha, conta com um considerável grupo de agentes de fomento ao empreendedorismo⁶, a começar pela Associação Comercial e Industrial de Bagé (ACIBA), entidade existente há 120 anos, berço da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL); o Sindicato do Comércio Varejista de Bagé (SINDILOJAS); o Conselho Bageense da Mulher Empreendedora (COBAME); o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); o Serviço Social do Comércio (SESC); o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); a Associação e Sindicato Rural de Bagé; o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Universidade da Região da Campanha (URCAMP); a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); entre outros.

O município de Bagé está localizado na região da Campanha⁷ e apresenta um baixo dinamismo de sua economia, apesar de ser reconhecido no setor agropecuário pelo cultivo de arroz e soja, e pela criação de bovinos de leite e de corte. O COREDE Campanha⁸ (2017, p. 87) evidencia que o setor de serviços e o comércio apresentam a maior participação no PIB, correspondente a 61,91% (no RS representa 56,53%). Embora na educação os índices apresentem resultado pouco melhores do que a média do Estado, de acordo com a Política Estadual de Desenvolvimento Regional (PEDR 2017-2030), identifica-se a necessidade de serem mantidos investimentos na formação inicial e continuada de professores, bem como, na criação de estratégias que estimulem a permanência dos alunos na escola, com vistas à conclusão do Ensino Fundamental ou Médio. Além de alternativas para a redução do índice de analfabetos que, segundo Índice de Desenvolvimento socioeconômico - IDESE (2010) foi de 4,93%, próximos do índice do RS, 4,53%.

⁶ Salienta-se que o ensino do empreendedorismo é oferecido, também, por duas escolas técnicas localizadas na cidade de Bagé, que não fazem parte desta análise, a Fundação Bradesco e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFISUL). Este, por sua vez, possui apoio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

⁷ A Campanha Gaúcha consiste em uma mesorregião da metade sul (MesoSul) do Rio Grande do Sul, ou seja, um “espaço territorial intermediário” no âmbito das cinco macrorregiões do Brasil (PERIN, 20004). A Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul é considerada como um espaço sub-regional inserido na região fronteira entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina, e abrange 106 municípios distribuídos em uma área de 153.879 km² (ETGES, 2010).

⁸ A área da Mesorregião Metade Sul abrange oito Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), são eles: Campanha, Central, Centro Sul, Fronteira Oeste, Sul, Jacuí Centro, Litoral, e Vale do Rio Pardo, sendo os últimos dois abrangidos de forma parcial. Os COREDES foram criados em 1991 e consistem em instituições de deliberação coletiva da comunidade regional, sob a forma de entidades jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado. Contemplam três objetivos básicos: “[...] regionalizar os investimentos públicos estaduais, estimular o processo de participação na elaboração do orçamento estadual e articular as organizações da sociedade civil como interlocutoras do Estado” (PERIN, 2004, p. 35).

No que se refere ao Ensino Fundamental, identifica-se a existência de 36 escolas municipais em Bagé, das quais 8 delas oferecem, com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/SEBRAE, o ensino na modalidade EJA e, assim, a educação empreendedora de forma transversal. Para tanto, utilizou-se a metodologia do curso “Crescendo e Empreendendo”, que integra o Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) do Sebrae, cuja finalidade é fomentar o uso de atitudes empreendedoras em seus participantes que estejam pautadas em critérios como a responsabilidade, a cooperação, a criatividade e a inovação, associando-se à sustentabilidade ambiental e à contribuição no processo de realização pessoal e profissional.

A metodologia educacional do Sebrae prevê a realização de exercícios individuais e dinâmicas em grupos, proporcionando ambientes favoráveis ao desenvolvimento de competências de natureza cognitiva, atitudinal e operacional. Utiliza-se, especialmente, em projetos sociais com ações educacionais e em propostas pedagógicas de curta duração, tendo como público-alvo adolescentes e jovens do Ensino Médio ou participantes de projetos sociais, desde que já tenham concluído o Ensino Fundamental, além de alunos de EJA.

Por indicação da Secretaria de Educação de Bagé foram selecionadas para este estudo quatro escolas do município que trabalham com a modalidade EJA. Inicialmente, por serem escolas municipais, realizou-se contato com a Secretária de Educação, com as coordenadoras de escolas, as professoras envolvidas com o ensino e, por fim, com a coordenadora do projeto da unidade do SEBRAE que capacitou os professores. A primeira entrevista foi realizada com a secretária de educação do município que relatou ter contatado o SEBRAE devido à necessidade de atender algumas exigências previstas no § 3º do artigo 37 da Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), no que diz respeito à articulação entre a educação de jovens e adultos e a educação profissional. Nesse sentido, o objetivo do contato foi garantir a disponibilização do ensino empreendedor às escolas que trabalhavam com esta modalidade. Desde então, foi formada uma parceria que atendesse tal demanda em oito escolas do município que dispunham da modalidade EJA. Posteriormente, foram capacitados 30 professores que seriam os multiplicadores do conhecimento empreendedor aos alunos. Segundo informado pela profissional, os resultados foram surpreendentes na vida dos alunos, pois observou-se uma redução da evasão escolar que estava próxima dos 50%, além de evitar-se a repetência, tendo os alunos evidenciado uma maior motivação com a escola e com a possibilidade de potencializarem a vida profissional. Diante desse contexto, foi manifestado o desejo da gestora de educação em aplicar o projeto, em caráter experimental, para o ensino regular, começando com a educação financeira e, posteriormente, com noções de empreendedorismo. Foi referido, também, que o “ponto alto” deste trabalho foi a motivação dos professores, fator que contribuiu para o sucesso do projeto.

De acordo com as coordenadoras das escolas, a utilização do conhecimento empreendedor através da metodologia “Crescendo e Empreendendo”, utilizada pelo SEBRAE, impactou na vida dos alunos, porque, segundo relatos, o conhecimento foi construído com base em experiências pessoais, uma construção coletiva em que o aluno e o professor foram os protagonistas. Os professores foram motivados pelos resultados do trabalho que superou as expectativas em meio a alunos que, em sua maioria, não haviam vivenciado experiências exitosas, o que passou a ter um significado importante na vida desses jovens e adultos.

No item seguinte apresentam-se as percepções dos atores sociais sobre a educação empreendedora no território de Bagé.

3 METODOLOGIA

Para elaboração desta pesquisa realizou-se um estudo junto a 4 escolas municipais de Ensino Fundamental da cidade de Bagé, RS, que fazem uso da modalidade de ensino EJA e que estão utilizando a educação empreendedora (disciplina de empreendedorismo) de forma transversal. Tais escolas são integrantes do Programa Nacional de Educação Empreendedora, implementado entre 2016 e 2017 nestas escolas do município. O desenvolvimento das atividades de empreendedorismo ocorreu mediante uma parceria estabelecida entre o SEBRAE, detentor da metodologia da educação empreendedora, e o Município de Bagé.

Para tanto, os sujeitos do referido estudo foram a Secretária da Educação do Município de Bagé, a coordenadora do projeto “Crescendo empreendendo” do SEBRAE, 04 coordenadoras das escolas, para os quais foi utilizado o método qualitativo de coleta através de entrevistas que permite entender a percepção desses sujeitos acerca da educação empreendedora. Para as 04 professoras da educação empreendedora das escolas e os 53 alunos que receberam este conhecimento foram utilizados questionários com perguntas fechadas procurando-se identificar o perfil do pesquisado e a percepção dos mesmos sobre a educação empreendedora, cuja aplicação se deu nas salas de aula das escolas indicadas pela Secretaria de Educação do Município.

Para os professores também foram aplicados questionários fechados com o objetivo de ser obter o resultado da experiência e a percepção dos profissionais sobre a educação empreendedora na escola. Os dados coletados junto aos alunos e professores foram tabulados com a utilização do programa Excel 2010, que permitiu apresentar um relatório organizado com tabelas, sintetizadas e resumidas dos resultados da pesquisa.

Ao total foram realizadas 59 entrevistas semiestruturadas com atores sociais (alunos, técnicos e gestores) engajados no projeto. A análise dos dados contou com a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1979) para os dados qualitativos e o tratamento estatístico simples (MARCONI; LAKATOS, 2006) para a análise dos dados quantitativos.

4 AS PERCEPÇÕES DOS ATORES SOCIAIS SOBRE A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NO TERRITÓRIO ANALISADO

Albagli e Maciel (2002) fazem referência à necessidade de se promoverem condições locais para o desenvolvimento do empreendedorismo, cuja importância já é reconhecida no âmbito das políticas de desenvolvimento. Segundo a autora, o empreendedorismo se desenvolve melhor em ambientes propícios à colaboração, à interação e ao aprendizado. Sob esta visão, as instituições, costumes, relações de confiança locais, relações pessoais e sociais em cooperação possuem um papel fundamental para o capital social e, conseqüentemente, para o empreendedorismo.

Julien (2010) destaca a importância de alguns atores, como o empreendedor, a organização e o ambiente próximo, o que denomina de empreendedorismo endógeno. Chama a atenção, também, para o tempo e o ambiente (macroambiente), como sendo atores exteriores e que podem ser vistos tanto como obstáculos como oportunidades para a ação empreendedora. Nessa perspectiva, considera-se de fundamental importância os atores envolvidos no processo de dinamização do empreendedorismo, dos quais se denominam, neste estudo, de atores sociais.

Estes atores são, portanto, fundamentais para a execução das estratégias propostas através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs, cuja definição consiste em “[...] fórum de discussão, decisão e integração de políticas, ações, lideranças e recursos orientados à promoção do desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. (FÓRUM DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 10). Representam, portanto, instâncias de deliberação reconhecidas como “pilares” de sustentação para um novo modelo de gestão regional que tem, dentre outras características, o foco na participação e na articulação de atores sociais em uma escala territorial intermediária entre o estado e o município. Nessa perspectiva, os COREDEs têm como Visão,

Articular os atores sociais, políticos e econômicos das regiões, inclusive colaborando para organizar os segmentos desorganizados, transformando-os em sujeitos coletivos capazes de formular suas próprias estratégias de desenvolvimento e, assim, serem construtores de seu próprio modelo de desenvolvimento regional. (FÓRUM DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 15).

Salienta-se a importância de haver a participação da sociedade civil e a articulação entre os atores sociais nas ações voltadas ao desenvolvimento, devido à necessidade da consulta aos segmentos da comunidade diretamente afetados, durante os processos que envolvem projetos e programas relacionados com o desenvolvimento regional, garantindo que eles se constituam, de fato, como

[...] espaço de articulação da sociedade regional, atuando no sentido de integrar os esforços da sociedade civil e das diferentes instâncias da administração pública que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento. A participação dos diferentes segmentos da sociedade na discussão dos problemas da sua região, no âmbito dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, deverá servir de base para a consolidação de uma identidade regional, entendida como o sentimento de pertinência a uma comunidade territorialmente organizada. A existência desse sentimento é condição essencial para que um determinado território possa ser, efetivamente, denominado região. (FÓRUM DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 16).

Nessa perspectiva, os atores sociais podem ser considerados também como atores regionais ou personagens sociais que representam um coletivo, como por exemplo, participantes de sindicatos, associações, categorias, engajadas em ações estratégicas, representantes dos diferentes segmentos da sociedade que participam das deliberações que norteiam o desenvolvimento de uma região (DUBAR, 2004).

Julien (2010) faz referência ao complexo empreendedor, para o qual se utiliza de quatro abordagens para facilitar sua compreensão e expor suas contribuições para o desenvolvimento regional. A primeira delas trata sobre empreendedorismo - a abordagem antropológica e psicológica - relaciona-se com o paradigma de Schumpeter, em que o criador da empresa tem suas características que são transmitidas, nos primeiros anos, para a organização, tornando-a dependente do seu criador no estágio inicial. O indivíduo empreendedor tem seus traços e características desenvolvidas com base em suas experiências, conhecimentos, concepções de ideais e ideias, em seus relacionamentos e vivências. É um ser social cujo sucesso está relacionado à sua vida fora da empresa. Na segunda abordagem - a sociológica -, “[...] o empreendedor é visto como o criador de uma organização que se relaciona com outras organizações na sociedade”, ou seja, ele serve como mediador, como afirma Arrow (1994) citado por Julien (2010, p.24). Nesta abordagem, a organização é mais importante que o

empreendedor, consistindo-se em um prolongamento do empreendedor e, depois, dependendo da estratégia adotada, emancipa-se pouco a pouco com o aumento de contribuições de funcionários, gerentes e outros envolvidos, representando a base do tecido industrial e do desenvolvimento da região.

A terceira abordagem, geográfica ou de economia regional, permite diferenciar as regiões de acordo com a sua capacidade de manter ou criar novas empresas, dependendo do grau de empreendedorismo de cada território, cujo dinamismo varia de região para região. Nesta abordagem o empreendedorismo somente pode se desenvolver em um ambiente econômico favorável, em que o empreendedor age com base em informações e oportunidades fornecidas pelo mercado. Faz-se necessária a inserção social da organização com o meio. O empreendedor é um agente puramente racional movido pelas forças econômicas, e a ação empreendedora é concebida de acordo com a sociedade em que está inserida, o seu meio e a sua economia. A quarta abordagem, a econômica, permite situar o empreendedorismo na conjuntura dos ciclos econômicos. Nesta, assim como na geográfica, o empreendedorismo somente pode se desenvolver em um ambiente econômico com base em informações e oportunidades fornecidas pelo mercado. Ou seja, não há empresa capitalista, logo, não há empreendedor, segundo Casson (1991) citado por Julien (2010). O empreendedorismo e o ambiente empreendedor, nesse processo apresentado na abordagem geográfica, envolvem outros atores socioeconômicos com os quais os empreendedores e as empresas interagem, com destaque para a educação, as políticas públicas e a cultura empreendedora, elementos que exercem forte influência sobre os resultados das empresas e no desenvolvimento da região.

Neste item apresentam-se alguns elementos relacionados com as percepções dos atores sociais, neste caso, os gestores, professores e alunos engajados em projeto local do Programa Nacional de Educação Empreendedora, implementado entre 2016 e 2017 em escolas públicas que oferecem o EJA no município de Bagé/RS, objetos do estudo ora apresentado.

Salienta-se que a definição dos critérios de inclusão das escolas (TURATO, 2003) ocorreu com base na indicação da Secretaria Municipal de Educação do município de Bagé e elegeu-se como critérios de escolha aquelas localizadas nas periferias, as que possuíam um número semelhante de alunos e que haviam recebido formação sobre empreendedorismo. Dessa forma, considerou-se um total de 4 escolas, identificadas como “E” (E 1), (E 2), (E3) e (E 4) e o nº de alunos correspondente a cada escola.

Observa-se que a quantidade de alunos por escola variou de 11 a 16, o que equivale a um percentual de 20,75% a 30,19%. No que se refere à faixa etária, identifica-se uma predominância de pessoas mais jovens, com idades entre 16 e 23 anos (81,10%), com menor evidência nas faixas entre 32 e 39 anos (3,80%).

Quanto ao gênero dos alunos que participaram da pesquisa, constatou-se que 51,9% são do sexo masculino e 48,1% do feminino, situação semelhante a do Brasil que, segundo o censo do Inep (2018), apresentou o índice de 53,9% para o sexo masculino e 46,1% no sexo feminino. Ou seja, há uma predominância do sexo masculino nas faixas etárias analisadas.

A análise sobre as motivações que levam os alunos a participarem do EJA evidencia que a recuperação do tempo perdido foi apontada por 33 alunos (61,4%) deles, conforme expresso na Tabela 1. Essa realidade evidencia a importância da oferta desta modalidade de ensino como

uma oportunidade de qualificação para as pessoas que não tiveram acesso à educação em outras fases da vida.

Tabela 1 – Motivações para ingresso no EJA

Motivo	Frequência	%
Recuperar o tempo perdido	33	61,40
Busca de novos conhecimentos	13	24,60
Exigência do trabalho	5	8,80
Realização pessoal	3	5,30
Total	53	100%

Fonte: Dados coletados pelos Autores (2019).

Outro dado que chama a atenção é que apenas treze alunos (24,6%) ingressam no EJA motivados pela busca de novos conhecimentos, o que não significa dizer que os demais entrevistados tenham demonstrado o contrário. Apesar das dificuldades já apresentadas com relação ao mercado de trabalho na atualidade, apenas cinco alunos (8,8%) foram motivados a participar do EJA pelos seus empregadores, visto que a escolaridade é um requisito básico exigido pelo mercado.

Identifica-se que a busca por novos conhecimentos e a realização pessoal, como motivos que levam o indivíduo a participar do EJA, podem estar relacionados a diversos fatores decorrentes de situações relacionadas às dificuldades financeiras da família, à reprovação ou à desistência durante o ensino regular, a necessidade de afastamento dos estudos devido ao trabalho, bem como, o reconhecimento da educação como uma fonte de segurança diante das adversidades vivenciadas do cotidiano.

A análise sobre a situação dos alunos em relação ao mercado de trabalho evidencia que 37 deles (69,8%) são representados por estudantes e desempregados, ou seja, sujeitos que estão fora do mercado de trabalho, conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 2 – Situação dos Alunos em Relação ao Mercado de Trabalho

	Situação	Frequência	%
1	Estudante	25	47,17
2	Desempregado	12	22,64
3	Trabalho formal	9	16,98
4	Autônomo	3	5,66
5	Aposentado	2	3,77
6	Diarista	1	1,89
7	Serviços gerais informal	1	1,89
	Total	53	100%

Fonte: Dados coletados pelos Autores (2019).

Apenas 9 alunos (16,98%) estão inseridos no mercado formal de trabalho, ao passo que há um total de 14 (26,42%) inseridos no mercado informal desenvolvendo atividades como autônomos, diaristas e serviços gerais, além de outros que não especificaram. Constata-se a

existência de somente dois alunos (3,77%) que estão aposentados, o que possui relação direta com a idade, pois há um predomínio de estudantes na faixa etária entre 16 e 23 anos.

Os nove estudantes que manifestaram estarem inseridos no mercado formal evidenciaram que as atividades são desenvolvidas, em sua maioria, através do Programa Jovem Aprendiz, o que corresponde a apenas dois alunos (22,22%). Os demais, que não especificaram a atividade, manifestaram desenvolver atividades diversificadas, como junto aos familiares, em fábrica de gesso, como lenhador, entre outros, conforme se observa na Tabela 3.

Tabela 3 – Empregadores do Trabalho Formal

Atividades	Frequência	%
Lenhador	1	11,11
Fábrica de gesso	1	11,11
Trabalha com o pai	1	11,11
Jovem aprendiz	2	22,22
Geni Garcez	1	11,11
Banco do Brasil	1	11,11
Outros	2	22,22
Total	9	100,00%

Fonte: Dados coletados pelos Autores (2019).

Embora haja trinta e sete sujeitos (69,8%) representados por estudantes e desempregados que se encontram fora do mercado de trabalho (Tabela 4), supõe-se que os entrevistados possuem outras ocupações, visto que 100% deles revelaram possuir alguma fonte renda, conforme se observa na Tabela 4.

Segundo dados do IBGE (2017), no Brasil cerca de 86 milhões de pessoas recebem dinheiro pelo seu trabalho, mas há também quase 50 milhões que têm outras fontes de renda provenientes de aluguéis, aposentadoria, pensões ou mesadas, por exemplo.

Tabela 4 – Renda dos Alunos do EJA

Renda	Frequência	%
Até R\$ 1.000,00	44	82,40%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	6	11,80%
Acima de R\$ 5.001,00	3	5,90%
Total	53	100%

Fonte: Dados coletados pelos Autores (2019).

A Tabela 5 apresenta o perfil do empreendedor dos alunos da modalidade EJA, tendo-se como base a visão que cada um deles possuía sobre suas características. Dolabela (2008) refere que o conhecimento existente na área não permite analisar se uma pessoa com tais características será bem-sucedida como empreendedora ou se a falta delas poderia acarretar o seu insucesso. Porém, compreende-se que todas essas características fazem parte da natureza humana, logo, podem ser concebidas por todos. O autor refere, ainda, que tais características podem ser disparadas pela emoção do indivíduo em busca da realização de seus sonhos.

Alguns elementos que compõem o perfil empreendedor (Tabela 5) foram apresentadas por Timmons (1994) e Hornaday (1982), citadas por Dolabela (2008).

Tabela 5 – Características quanto ao Perfil de Empreendedor

Perfil	Frequência	%
Sabe fixar metas e alcançá-las	12	22,10
Crê no que faz	12	22,10
Tem facilidade de se relacionar, “tecer redes de relação”	8	15,10
É inovador, criativo	7	12,80
Tem um modelo ou pessoa que o influencia	5	9,30
É capaz de identificar oportunidades	4	7,00
Traduz seus pensamentos em ação	2	4,70
Sabe buscar, utilizar e controlar recursos	2	4,70
Considera o fracasso um resultado como outro qualquer	1	2,30
É tolerante a riscos moderados	0	0,00
Outros	0	0,00
Total	53	100

Fonte: Dados coletados pelos Autores (2019).

Os dados apresentados revelam que 72,1% dos alunos pesquisados apresentam perfil empreendedor, muito embora a presença de algumas características, por si só, não seja suficiente para afirmar que o indivíduo possa empreender com sucesso. Entretanto, tais indicativos, aliados a outras condições, como o meio, a predisposição e o conhecimento, podem se constituírem como requisitos para que o cidadão se torne provedor de seu sustento, conforme já referido. Segundo Julien (2010), o empreendedor, de um modo geral, recebe influências do meio, ou seja, da família, escola, amigos e, mais adiante, do ambiente de trabalho. Nesse sentido, Dolabela (1999) refere que a grande maioria dos empreendedores têm um modelo a ser seguido, seja ele um professor ou um empresário.

Quanto ao nível operacional, cujos atores são representados por coordenadores de escolas, professores e alunos, realizaram-se entrevistas com a utilização de um formulário semiestruturado, contendo questões abertas e fechadas. Inicialmente, entrevistaram-se as quatro coordenadoras, que foram questionadas se acreditavam que a educação empreendedora na escola poderia contribuir para a vida dos Jovens e Adultos. Nesse caso, pressupõe-se que a percepção dos coordenadores das escolas seja amparada na experiência que a função exige, no conhecimento adquirido sobre a educação empreendedora e o público-alvo do EJA. Observa-se, ainda, através dos relatos das coordenadoras, que a motivação dos professores para disseminarem a educação empreendedora em sala de aula teve considerável parcela nos resultados relatados, conforme as narrativas que seguem.

Sim, os resultados foram além do esperado pelos alunos, o que contribuiu muito para a motivação dos professores. Foi bastante visível o significado deste trabalho na vida dos alunos, parece que deu sentido aos estudos, que vale apenas estudar. Hoje, aqui na escola, até os mais velhos fazem planos. (COORDENADORA 1).

Com certeza, percebemos uma motivação maior por parte dos alunos, ficaram mais empolgados com as atividades da escola, pois entenderam a importância dessas

atividades para a rotina diária, um conhecimento que pode ser utilizado de imediato. (COORDENADORA 2).

Estou na EJA desde 2009 e nosso anseio sempre foi por uma orientação que tivesse relação com o cotidiano, com o dia a dia dos alunos, pois a maioria deles vem de experiências de fracasso em outros turnos e que essa contribuição é muito rica e acaba por contribuir muito para a vida de cada estudante. Um conhecimento que vão levar para a vida toda. (COORDENADORA 3).

A realidade da nossa escola é bem diferente das demais, os alunos mais jovens não deram muita importância para este tipo de aprendizado, porém os de mais idade valorizaram muito e perceberam que os benefícios eram de grande importância para a vida deles. (COORDENADORA 4).

Bergamini (2014) salienta que o desempenho humano e a apresentação de resultados favoráveis não dependem somente da motivação, mas também da capacidade do indivíduo, pois juntos eles determinam o potencial de desempenho de uma pessoa em qualquer atividade. Entretanto, a análise sobre as respostas dos docentes entrevistados revela que, neste caso, a motivação deles foi fundamental para a formação dos alunos a partir de uma proposta que possibilita, tanto ao jovem como ao adulto, o desenvolvimento de habilidades e competências nos âmbitos pessoal, social e profissional. Esses elementos são identificados através da Tabela 5, a qual refere às "expectativas em relação à educação empreendedora na escola".

Chama a atenção, também, o depoimento da coordenadora 1 ao referir que a educação empreendedora possibilitou um "sentido aos estudos" e uma certeza de que "vale à pena estudar", pois, segundo ela, independente da faixa etária dos alunos se percebe a existência de algum tipo de expectativa em relação à vida profissional. Quanto às motivações para ingresso no EJA, assim como manifestado pelos alunos (Tabela 1), o depoimento da Coordenadora 2 evidencia que eles "[...] entenderam a importância dessas atividades para a rotina diária, um conhecimento que pode ser utilizado de imediato", enfatizando o significado da educação empreendedora na escola para a vida desses alunos. Esses elementos são complementados pela coordenadora 3, ao afirmar que essa formação representa "um conhecimento que eles vão levar para a vida toda".

Ao serem questionados sobre a existência ou não de experiência na área do empreendedorismo, identificou-se que apenas um dos entrevistados revelou ter tido uma atividade na área da educação empreendedora. Acredita-se que o fato de os professores não estarem familiarizados com o tema da educação empreendedora possa ocorrer em função de que ela não integra a grade curricular da educação básica.

A questão referente ao tempo que o docente trabalha com a educação empreendedora está relacionada com o conhecimento, a experiência e as habilidades adquiridas para o exercício da atividade, visto que o conhecimento empreendedor é provisório e tal afirmação se faz necessária diante das condições atuais do ambiente. Para Dornelas (2001), na verdade, a decisão de empreender em alguma atividade se dá devido a fatores externos, ambientais e sociais, a aptidões pessoais ou a um somatório de todos esses fatores, que são críticos para o surgimento de uma nova empresa.

Dolabela (2003) chama a atenção para a falta de mobilização do sistema educacional no sentido de rever suas bases para dar conta deste novo ambiente, complexo e globalizado, em que a geração de novos conhecimentos deixa de ser exceção e torna-se uma necessidade. Julien

(2010) faz referência também à incerteza e a ambiguidade como, características desse novo ambiente. A primeira remete a eventos não previsíveis e à possibilidade de ser reduzida através da informação adequada, embora se reconheça que nem toda a informação é conhecimento e que ela, em excesso, pode gerar ambiguidades.

No que se refere à receptividade da educação empreendedora pelos alunos, os resultados foram satisfatórios, muito embora, em uma das escolas analisadas os alunos tenham se manifestado pouco receptivos. O interesse em empreender durante as aulas prevaleceu entre alunos de idades mais avançadas, tendo eles manifestado uma valorização e um reconhecimento sobre os benefícios desse processo para suas vidas. Esse fator possui relação direta com a utilização de técnicas e de dinâmicas de grupos pelos professores, prática recorrente nas aulas sobre empreendedorismo, associado ao apoio da coordenação. Dolabela (2008) sugere que o professor assuma a função de criador de um ambiente favorável ao desenvolvimento do empreendedor, que ele seja o organizador da cultura empreendedora.

Dornelas (2001) salienta que empreendedores inatos irão continuar existindo, mas muitos outros podem ser capacitados para a criação de empresas. A ênfase no ensino empreendedor justifica-se também pelo elevado número de pessoas que buscam no empreendedorismo um meio para superar a falta de renda ou garantir o aumento dela, contribuindo, desta forma, para alimentar as estatísticas relativas às taxas de mortalidade das empresas. Os dados do Sebrae (2016) evidenciam um percentual de 23,4% de empresas que faliram, tomando-se como referência empresas brasileiras constituídas em 2012, conforme informações disponíveis na SRF até 2014. A partir dessa data, segundo dados do IBGE, Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo (2016), a taxa de mortalidade de empresas foi de 14,5%, bem inferior à taxa de 2014, cuja diferença é atribuída ao elevado nº de empresas que ingressaram no mercado.

A análise dos dados das quatro coordenadoras entrevistadas evidencia que todas elas (100%) realizaram capacitação para o exercício da função e atuam há um ano com a educação empreendedora, embora apenas duas delas (50%) tenham manifestado possuir experiência anterior na área. Ao serem questionadas sobre a metodologia desenvolvida nas aulas práticas, foram evidenciados os seguintes aspectos: repasse de conhecimentos teóricos seguidos de dinâmicas para estimular a simulação de negócios; produção e comercialização de produtos e serviços para a comunidade do bairro através de feiras realizadas na escola; trabalhos em grupos para a criação de empresas; desenvolvimento de produtos e degustação; pesquisa e criação de preços para os produtos; realização de atividades envolvendo empreendedores do bairro que foram convidados a contarem suas histórias (início e desenvolvimento de seus empreendimentos) e darem sugestões aos alunos; dinâmicas em grupos em atividades interdisciplinares que possibilitam aos alunos a simulação de produtos e o desenvolvimento de práticas de vendas entre os grupos; dinâmicas, apresentação de vídeos e depoimentos; elaboração de paródias, cartazes, apresentações com características empreendedoras e criação de redes de contatos para a venda de produtos e de serviços.

No que se refere à percepção sobre a receptividade dos alunos quanto à educação empreendedora, houve três coordenadores que manifestaram a sua existência, ao passo que apenas um profissional manifestou haver pouca receptividade. Já no quesito interesse dos alunos em empreender durante as aulas houve uma variação de 80 a 100%, prevalecendo apenas uma delas que manifestou haver um nível de interesse equivalente a zero.

Reitera-se a posição de alguns autores no que tange à compreensão de que a decisão para empreender é decorrente de diversos fatores que incluem desde as características e aptidões pessoais (nível micro), associadas a elementos mais amplos (nível macro), como a realidade familiar, cultural, ambiental e social dos indivíduos analisados. Embora tenha se identificado alunos que manifestaram pouca motivação e/ou interesse em empreender, observa-se que, em sua maioria, aqueles que tiveram a oportunidade deste aprendizado evidenciaram possuir satisfação e reconhecimento quanto a sua importância. Por fim, há que se considerar, também, o envolvimento, o comprometimento e a motivação dos professores, aliados ao apoio dos gestores, fatores considerados fundamentais para se pudesse efetivar o repasse de conhecimentos da Educação Empreendedora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dolabela (2003) chama a atenção para a necessidade de haver uma maior flexibilidade do sistema educacional, extrapolando o atendimento de metas quantitativas e contribuindo, também, para o processo de transformação de conhecimentos científicos, tecnológicos, políticos e existenciais. Liberato (2016) evidencia que a educação não deve ser considerada como uma estratégia salvadora, ou seja, não deve induzir ao desenvolvimento econômico, mas ser apontada, em uma perspectiva futura, como uma nova possibilidade de promoção da capacidade dos sujeitos em gerarem desenvolvimento, de forma cooperada com a sociedade em que vivem.

Percebeu-se que a situação dos estudantes do EJA no município de Bagé/RS não é muito diferente dos demais em outras regiões do país, pois os resultados da pesquisa evidenciaram que 90% dos entrevistados possuem no máximo 23 anos idade, o que reforça o motivo que leva os alunos a buscarem o EJA, ou seja, “recuperar o tempo perdido”. Além disso, identifica-se uma possível relação da preocupação desses jovens e adultos no tocante ao mercado de trabalho, visto que mais de 85% deles estão desempregados. Tendo-se como base os elementos referidos, questiona-se de que forma este contingente, que hoje representa 13% da população brasileira (IBGE, 2017), poderá se ocupar no futuro?

Observou-se, também, que fatores como dificuldades financeiras da família, a reprovação ou a desistência durante o ensino regular, o desinteresse pelo conteúdo escolar, são elementos que contribuem para que jovens e adultos procurem o EJA para “recuperarem” o “tempo perdido”. A experiência da utilização da educação empreendedora nas escolas que trabalham com a modalidade EJA no município de Bagé revelou a existência de um entusiasmo pelos atores envolvidos, conforme se evidencia através de afirmações como: “os resultados foram além do esperado pelos alunos, o que contribuiu muito para a motivação dos professores”; “foi visível o significado deste trabalho na vida dos alunos, parece que deu sentido aos estudos”; “vale à pena estudar”; “até os mais velhos fazem planos”; “percebemos uma motivação maior por parte dos alunos”; “um conhecimento que pode ser utilizado de imediato”; “nosso anseio sempre foi por uma orientação que tivesse relação com o cotidiano”; “um conhecimento que vão levar para a vida toda”; “aqueles de mais idade valorizaram muito e perceberam que os benefícios são de grande importância para a vida deles”; relatos estes que

sugerem, no mínimo, uma reflexão sobre a prática curricular atual visando tornar a aprendizagem mais significativa para todos.

Tendo-se como base as informações obtidas junto aos entrevistados, especialmente no que tange à renda e às atividades de trabalho, acredita-se que esses atores sociais representam um grupo com potencial para o desenvolvimento de ações empreendedoras. Porém, percebe-se a necessidade de haver uma formação que contemple uma orientação mais voltada para o mercado. Nesse sentido, considera-se de fundamental importância que haja uma avaliação sobre os conteúdos desenvolvidos e as metodologias de ensino utilizadas para a disseminação da Educação Empreendedora, tendo-se em vista a formulação de novas propostas que atendam as reais necessidades dos alunos e contemplem as possibilidades metodológicas dos professores, resguardando-se as particularidades dos atores envolvidos e da região analisada.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Capital social e empreendedorismo local**. Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. UFRJ: Rio de Janeiro, 2002.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 70 ed. Lisboa: Editora, 1979.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- BECKER, D. F.; WITTMANN; M. L. **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.
- BERGAMINI, C. **Psicologia aplicada à administração e empresas, psicologia do comportamento organizacional**. São Paulo: Atlas, 2014.
- BRASIL. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o §2º do art. 36 e os Artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>. Acesso em: 01 set.2019.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 24 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: fev. 2021.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília, 1996. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 28 jan. 2019.

COAN, M. **Educação para o empreendedorismo: Implicações epistemológicas, políticas e práticas**. 2011. 540f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94847/298002.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 31 jan.2019.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO – COREDE Campanha. **Plano de desenvolvimento da região da Campanha – 2015-2030**, Elizabeth Cristina Drumm (Org.). Bagé: Ediurcamp, 2017.

DELORS, F. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Unesco, 1998. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em: 23 ago. 2022.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. 6. ed. São Paulo: Cultura, 1999.

DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DOLABELA, F. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Cultura, 2003.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DUBAR, C. **Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo**. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO FRANCESA DE SOCIOLOGIA, 1., 2004, Paris. **Anais [...]**. Paris: Associação Francesa de Sociologia, 2004. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/94289553/DUBAR-Claude-Agente-ator-sujeito-autorAtor-agente-autor-do-semelhante-ao-mesmo-2004>. Acesso em: 20 jul. 2015.

ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento regional: uma análise da metade sul do Rio Grande do Sul, Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 13, n. 2, p. 169-186, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/478/756> Acesso em: 21 set. 2018.

FÓRUM DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Pró-RS V: propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2015-2018)**. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Lajeado: Ed. da Univates, 2014.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE (Governo do Estado do Rio Grande do Sul) – 2015. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/>, Acesso em: 09 jun.2019.

GANDIN, L. A. **Educação libertadora**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo 2014**. IBQP, 2014. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/gem%202014_rel%C3%B3rio%20executivo.pdf. Acesso em: 13 jan.2019.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **Empreendedorismo no Brasil - Relatório Executivo 2016**. IBQP, 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM%20Nacional%20-%20web.pdf>. Acesso em: 13 jan.2019.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **Empreendedorismo no Brasil - Relatório Executivo 2017**. IBQP, 2017. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf Acesso em: 13 jan.2019.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. 7.ed. Tradução Teresa Felix de Souza. Porto Alegre: Bookman, 2009.

IDESE. **Nova metodologia do IDESE**. 2010. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/?ano=2010&letra=C&ordem=municipios> Acesso em: 22 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (Brasil). **Indicadores**. 2017. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores_2017.php. Acesso em: 30 jul.2017.

JULIEN, P. **Empreendedorismo regional e a economia do conhecimento**. Tradução Márcia Freire Ferreira Salvador. São Paulo: Saraiva, 2010.

LIBERATO, A. C. T. **O saber empreendedor docente: a experiência do projeto despertar: parceria SEBRAE-RN / SEEC-RN**. 2016. 227f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23054>. Acesso em: 22 abr.2018

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Relatório da Unesco**. 2010. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000189883_por. Acesso em: 22 dez.2019.

PAVAN, S. M. **As faces do empreendedorismo e o trabalho como princípio educativo na educação profissional: articulação possível?** 2018. 169f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

PERIN, Z. (Org.). **Desenvolvimento Regional: um novo paradigma em construção**. Erechim: EdIFAPES, 2004.

PROJETO REGIONAL DE EDUCAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – PRELAC. PRELAC, uma trajetória para a educação para todos. **Revista PRELAC**, 2004. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000137293_por Acesso em: 26 jan.2019.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.